

BW Guirapá I S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
BW Guirapá I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BW Guirapá I S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentadas para fins de comparação

A auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foi conduzida sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 27 de março de 2018, sem ressalvas.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 27 de março de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA


José Luiz Santos Vaz Sampaio
Contador
CRC nº 1 BA 015640/O-3

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3.104	5.229	20.124	12.518	Fornecedores	11	1	5	4.832	12.048
Contas a receber	7	-	-	7.321	8.385	Financiamentos	13	-	-	26.052	26.412
Impostos a recuperar		264	202	277	206	Impostos e contribuições sociais	14	3	-	1.738	1.311
Outros		-	-	1.212	620	Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	4.668	3.486
Total do ativo circulante		3.368	5.431	28.934	21.729	Provisão para custos socioambientais	15	-	-	1.656	3.206
						Fiança		-	-	-	486
NÃO CIRCULANTE						Outras contas a pagar		-	2	435	311
Depósitos vinculados	13	9.121	-	39.450	41.598	Total do passivo circulante		4	7	39.381	47.260
Investimentos	8	472.879	509.182	-	-						
Imobilizado	9	447	460	755.855	806.446	NÃO CIRCULANTE					
Intangível	10	-	-	11.867	32.865	Financiamentos	13	-	-	306.601	328.968
Outros ativos		-	-	49	-	Contas de ressarcimento CCEE	12	-	-	4.668	3.486
Total do ativo não circulante		482.447	509.642	807.221	880.909	Partes relacionadas	22	9.147	-	-	-
						Provisão para custos com desmobilização	15	-	-	8.841	7.858
						Total do passivo não circulante		9.147	-	320.110	340.312
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social integralizado	16	604.389	600.489	604.389	600.489
						Prejuízos acumulados		(127.725)	(85.423)	(127.725)	(85.423)
						Total do patrimônio líquido		476.664	515.066	476.664	515.066
TOTAL DOS ATIVOS		485.815	515.073	836.155	902.638	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		485.815	515.073	836.155	902.638

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Receita líquida de vendas de energia	17	-	-	90.399	92.028
Custos com geração de energia	18	-	-	(63.107)	(58.289)
LUCRO BRUTO		-	-	27.292	33.739
Despesas gerais e administrativas	19	(513)	(1.804)	(9.774)	(10.175)
Baixa do ágio do investimento	19	(19.995)	-	(19.995)	-
Equivalência patrimonial	19	(22.022)	(15.883)	-	-
Outras despesas	19	-	-	(2.353)	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(42.530)	(17.687)	(4.830)	23.564
Despesas financeiras	20	(155)	(42)	(37.010)	(40.754)
Receitas financeiras	20	383	593	3.314	3.982
Resultado financeiro		228	551	(33.696)	(36.772)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(42.302)	(17.136)	(38.526)	(13.208)
Imposto de renda e contribuição social	21	-	-	(3.776)	(3.928)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(42.302)	(17.136)	(42.302)	(17.136)
Prejuízo do exercício por ação do capital social (em R\$)	16	(42,24)	(17,43)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(42.302)	(17.136)	(42.302)	(17.136)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(42.302)</u>	<u>(17.136)</u>	<u>(42.302)</u>	<u>(17.136)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2017		590.488	(68.287)	522.201
Aumento de capital		10.001	-	10.001
Prejuízo do exercício		-	(17.136)	(17.136)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>600.489</u>	<u>(85.423)</u>	<u>515.066</u>
Aumento de capital	16	3.900	-	3.900
Prejuízo do exercício		-	(42.302)	(42.302)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>604.389</u>	<u>(127.725)</u>	<u>476.664</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(42.302)	(17.136)	(42.302)	(17.136)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:					
Equivalência patrimonial	8	22.022	15.883	-	-
Depreciação e amortização	9, 19 e 20	293	1.142	43.581	45.020
Ganho na venda de imobilizado		-	(17)	-	(17)
Baixa do ágio do investimento	8	19.995	-	19.995	-
Baixa de ativo imobilizado	9	-	-	3.261	63
Atualização ressarcimento - CCEE	12	-	-	1.616	-
Juros sobre financiamento	13 e 21	2	-	31.809	35.228
Apropriação dos custos sobre financiamento	13	-	-	452	455
(Aumento) redução de ativos:					
Contas a receber		-	-	1.064	(755)
Impostos a recuperar		(62)	(127)	(71)	(126)
Outros ativos		-	-	(641)	(525)
Aumento (redução) de passivos:					
Fornecedores		(4)	5	(2.238)	(8.072)
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	748	3.375
Impostos e contribuições sociais		3	-	3.359	3.928
Pagamento de custos socioambientais e desmobilização		-	-	(567)	-
Outras contas a pagar		(4)	-	(376)	(3.134)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(32)	(2.932)	(3.499)
Pagamento de financiamento - juros	13	-	-	(29.646)	(31.318)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(57)	(282)	27.112	23.487
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Aumento de capital em controladas	16	(5.993)	(12.182)	-	-
Depósitos vinculados		(9.122)	-	2.148	(12.349)
Aquisição de imobilizado	9	-	-	(212)	(752)
Venda de imobilizado		-	50	-	50
Aquisição de intangível	10	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(15.115)	(12.132)	1.936	(13.051)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Captação de financiamento		-	-	290	1.531
Pagamento de financiamento - principal	13	-	-	(25.632)	(25.334)
Partes relacionadas - mútuo recebido	22	9.147	-	-	-
Integralização de capital		3.900	10.001	3.900	10.001
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		13.047	10.001	(21.442)	(13.802)
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.125)	(2.413)	7.606	(3.366)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	5.229	7.642	12.518	15.884
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6	3.104	5.229	20.124	12.518
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(2.125)	(2.413)	7.606	(3.366)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BW GUIRAPÁ I S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Dácio Oliveira, 889, Caetité – BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. Atua como empresa "holding" destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos denominados "Centrais Eólicas", que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, sendo localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia.

Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME"), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva – 2011 ("LER 2011"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, o qual ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME (1)	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) (3)	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) (3)	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) (2)
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	99,98	151,13
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	99,98	151,13
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	96,97	146,58
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	96,97	146,58
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	96,97	146,58
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	96,97	146,58
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	99,98	151,13
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

(2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2018.

(3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio teve início em julho de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital circulante líquido da Companhia é negativo em R\$10.447 (2017, R\$25.531). A Administração entende que não existe risco de inadimplência, visto que parte substancial dos passivos circulantes se refere às obrigações contraídas com o BNDES para o financiamento da construção das unidades geradoras enquanto que as contas a receber refletem apenas parte da receita advinda da venda de energia do ano. A expectativa da Administração é que a geração de caixa decorrente da energia assegurada pelos contratos de venda de energia seja em montante suficiente para liquidar as obrigações da Companhia e de suas controladas.

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em 27 de março de 2019.

1.1. Alteração de controle acionário

Em 22 de dezembro de 2017, a Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa S.A. (“Ferbasa”), a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A., o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá.

O fechamento e a efetiva realização da operação estavam atrelados, entre outras condições, a: (i) assinatura dos documentos definitivos; (ii) manutenção do curso ordinário dos negócios das SPEs; (iii) obtenção das aprovações necessárias por parte das autoridades competentes; e (iv) aprovação da operação em assembleia geral extraordinária da Ferbasa.

Em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas ocorrida em 29 de janeiro de 2018, foi deliberada a aprovação da operação, nos termos do artigo 256, § 1º, da Lei das S.A. e CVM nº 358/02. Em 6 de fevereiro de 2018, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) aprovou, sem restrições, a operação de compra.

O processo de aquisição foi concluído em 2 de abril de 2018, após todas as condições precedentes e legais da operação terem sido atendidas. A partir desta data, a Ferbasa passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, apresentadas a seguir:

<u>Companhia</u>	31/12/2018 e 31/12/2017
	<u>Participação direta</u>
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2018 (nota explicativa nº 7).

2.5. Ativos e passivos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) **Custo amortizado:** Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) **Mensurados a valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

(a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros. Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, pelo valor do custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

(c) Desreconhecimento

A Companhia e controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

2.6. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

O ágio registrado possui vida útil definida com amortização em 20 anos (prazo do contrato de compra e venda de energia) e está sujeito à análise de "impairment", pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração concluiu sobre a não realização do ágio registrado em exercícios anteriores e, portanto, decidiu baixar contra o resultado do exercício (ver nota explicativa nº 8).

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 15).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL através da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao prazo do contrato de compra e venda de energia.

2.8. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente do contrato de compra e venda de energia do parque eólico.

Conforme mencionado no item 2.6, o ágio registrado possui vida útil definida com amortização em 20 anos (prazo do contrato de compra e venda de energia) e está sujeito à análise de "impairment", pelo menos uma vez ao ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso.

2.9. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

2.12. Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

2.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) as controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(a) Lucro real (controladora)

O imposto de renda e a contribuição social, via de regra são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

(b) Lucro presumido (controladas)

Conforme facultado pela legislação fiscal vigente, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente de prestação de serviços) e 100% das demais receitas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

2.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

2.17. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

2.18. Normas vigentes em 2018

As novas normas a seguir, emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e recepcionadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia e suas controladas as adotaram conforme mencionado abaixo e a Administração, nas suas avaliações, não identificou impactos relevantes.

(i) IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes)

A Companhia e suas controladas têm como principais receitas a venda de energia. Conforme avaliação efetuada no exercício anterior, nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento de receita, a saber: (i) identificação dos contratos com clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida; a Companhia e suas controladas não identificaram alterações no reconhecimento atual da suas receitas.

Considerando ainda a natureza de suas transações de venda, na qual as obrigações de desempenho são claras (venda de energia eólica) e a transferência de controle não é complexa, a Companhia e controladas não sofreram impactos ou alterações no reconhecimento da receita.

(ii) IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

As principais alterações da norma foram: (i) classificação e mensuração dos ativos financeiros (mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente, mensurados ao custo amortizado e mensurados ao valor justo por meio do resultado); (ii) redução ao valor recuperável (substituição do modelo de "perdas incorridas" por um modelo de "perdas em crédito esperadas"); e (iii) contabilidade de "hedge".

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data da adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia, haja vista que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de "impairment" ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data em que a operação é negociada, e baixada quando os fluxos de caixa de investimento tenham vencido ou tenham sido recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

2.19. Normas vigentes em 2019

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo IASB nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, mas ainda não editadas pelo CPC. Os principais pronunciamentos contábeis sujeitos a essas alterações estão descritos a seguir:

Pronunciamento ou interpretação	Descrição
IFRS 16 - Arrendamentos (em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019)	<p>A IFRS 16 fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Ela substituirá as seguintes Norma e Interpretações quando estiver em vigor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IAS 17 - Arrendamentos. - IFRIC 4 - Determinação se um Acordo contém Arrendamento. - SIC-15 - Arrendamentos Operacionais – Incentivos. - SIC-27 - Avaliação da Essência das Transações Envolvendo a Forma Legal de Um Arrendamento. <p>Até o momento a Companhia está avaliando possíveis impactos com a adoção desta norma.</p>
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto (em vigor para exercícios iniciados a partir de uma data a ser determinada)	<p>As alterações tratam de situações em que há uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto.</p> <p>Até o momento a Companhia está avaliando possíveis impactos com a adoção desta norma.</p>

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(i) Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(ii) Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 2.12). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 2.7.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o exercício destas demonstrações financeiras.

A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e de 2017:

	Consolidado	
	31/12/18	31/12/17
Financiamentos (nota explicativa nº 13)	332.653	355.380
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6)	<u>(20.124)</u>	<u>(12.518)</u>
Dívida líquida (a)	<u>312.529</u>	<u>342.862</u>
Total do patrimônio líquido	<u>476.664</u>	<u>515.066</u>
Total do capital (b)	<u>789.193</u>	<u>857.928</u>
Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	<u>40%</u>	<u>40%</u>

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e bancos (nota explicativa nº 6)	5	6	4.822	4.744
Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)	-	-	7.321	8.385
Depósitos vinculados (nota explicativa nº 13)	9.121	-	39.450	41.598
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 6)	3.099	5.223	15.302	7.774
<u>Passivos financeiros</u>				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)	-	-	332.653	355.380
Fornecedores (nota explicativa nº 11)	1	5	4.832	12.048
Partes relacionadas (nota explicativa nº 22)	9.147	-	-	-

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Caixa e bancos	5	6	4.822	4.744
Aplicação financeira	<u>3.099</u>	<u>5.223</u>	<u>15.302</u>	<u>7.774</u>
	<u>3.104</u>	<u>5.229</u>	<u>20.124</u>	<u>12.518</u>

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato.

As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado. Em 31 de dezembro de 2018 o Fundo rendeu 97,15% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (31 de dezembro de 2017 - 99,38%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante.

7. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
CCEE	<u>7.321</u>	<u>8.385</u>

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2018. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

8. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

Centrais Eólicas	Ações ordinárias	Participação no	Patrimônio líquido		Prejuízo do exercício	
		capital integralizado	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
		31/12/18 e 31/12/17				
Angical	716.130	100%	36.744	38.430	(1.686)	(1.691)
Caititu	962.501	100%	63.864	65.466	(2.428)	(1.613)
Coqueirinho	995.871	100%	79.779	82.794	(4.212)	(3.074)
Corrupião	718.662	100%	72.112	74.014	(2.682)	(2.270)
Inhambu	930.175	100%	88.655	91.000	(3.434)	(2.609)
Tamanduá Mirim	1.052.599	100%	83.025	86.715	(5.701)	(3.553)
Teiú	745.398	100%	48.700	50.489	(1.879)	(1.073)
Subtotal			<u>472.879</u>	<u>488.908</u>	<u>(22.022)</u>	<u>(15.883)</u>
Ágio			-	22.320		
Amortização			-	(2.046)		
Total			<u>472.879</u>	<u>509.182</u>		

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2016	Aportes	Equivalência patrimonial	Amortização do ágio	Saldos em 31/12/2017
Angical	40.121	-	(1.691)	-	38.430
Caititu	65.383	1.697	(1.613)	-	65.466
Coqueirinho	81.674	4.194	(3.074)	-	82.794
Corrupião	74.941	1.343	(2.270)	-	74.014
Inhambu	92.061	1.548	(2.609)	-	91.000
Tamanduá Mirim	87.362	2.905	(3.553)	-	86.715
Teiú	51.067	495	(1.073)	-	50.489
Subtotal	<u>492.609</u>	<u>12.182</u>	<u>(15.883)</u>	-	<u>488.908</u>
Ágio	22.320	-	-	-	22.320
(-) Amortização	(930)	-	-	(1.116)	(2.046)
Total	<u>513.999</u>	<u>12.182</u>	<u>(15.883)</u>	<u>(1.116)</u>	<u>509.182</u>

<u>Centrais Eólicas</u>	<u>Saldos em 31/12/2017</u>	<u>Aportes (1)</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Amortização do ágio</u>	<u>Baixa do ágio (*)</u>	<u>Saldos em 31/12/2018</u>
Angical	38.430	-	(1.686)	-	-	36.744
Caititu	65.466	826	(2.428)	-	-	63.864
Coqueirinho	82.794	1.197	(4.212)	-	-	79.779
Corrupião	74.014	780	(2.682)	-	-	72.112
Inhambu	91.000	1.089	(3.434)	-	-	88.655
Tamanduá Mirim	86.715	2.011	(5.701)	-	-	83.025
Teiú	50.489	90	(1.879)	-	-	48.700
Subtotal	488.908	5.993	(22.022)	-	-	472.879
Ágio	22.320	-	-	-	(22.320)	-
(-) Amortização	(2.046)	-	-	(279)	2.325	-
Total	509.182	5.993	(22.022)	(279)	(19.995)	472.879

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração concluiu sobre a não realização do ágio registrado em exercícios anteriores e, portanto, decidiu baixar contra o resultado do exercício.

(1) Aportes de capital integralizados pela controladora BW Guirapá I S.A. em suas controladas em caixa.

9. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

		<u>31/12/2018</u>			<u>31/12/2017</u>	
	<u>Taxas anuais de depreciação</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Saldo líquido</u>	
Equipamentos de comunicação	10%	50	(19)	31	36	
Máquinas e equipamentos	10%	4.792	(257)	4.535	6.543	
Aerogeradores	4,4%	758.598	(84.911)	673.687	534.176	
Sistemas de transmissão e conexão	3,2%	37.342	(7.365)	29.977	49.641	
Edificações, obras civis e benfeitorias	4%	75.797	(28.867)	46.930	215.366	
Terrenos	-	601	-	601	601	
Outros imobilizados	10%	175	(81)	94	83	
		<u>877.355</u>	<u>(121.500)</u>	<u>755.855</u>	<u>806.446</u>	
		<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Custo</u>						
Equipamentos de comunicação		50	-	-	-	50
Máquinas e equipamentos		6.480	327	(61)	-	6.746
Aerogeradores		583.513	-	-	4.571	588.084
Sistemas de transmissão e conexão		59.498	-	-	(4.847)	54.651
Edificações, obras civis e benfeitorias		238.503	425	(4.099)	276	235.105
Outros		237	-	(92)	-	145
Terrenos		601	-	-	-	601
Total do custo		<u>888.882</u>	<u>752</u>	<u>(4.252)</u>	<u>-</u>	<u>885.382</u>
<u>Depreciação</u>						
Equipamentos de comunicação		(10)	(4)	-	-	(14)
Máquinas e equipamentos		(150)	(53)	-	-	(203)
Aerogeradores		(24.739)	(29.169)	-	-	(53.908)
Sistemas de transmissão e conexão		(2.249)	(2.761)	-	-	(5.010)
Edificações, obras civis e benfeitorias		(8.835)	(10.904)	-	-	(19.739)
Outros		(93)	(27)	58	-	(62)
Total da depreciação		<u>(36.076)</u>	<u>(42.918)</u>	<u>58</u>	<u>-</u>	<u>(78.936)</u>
Total do imobilizado líquido		<u>852.806</u>	<u>(42.166)</u>	<u>(4.194)</u>	<u>-</u>	<u>806.446</u>

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Reversão de provisão de fornecedores (*)	31/12/2018
<u>Custo</u>						
Equipamentos de comunicação	50	-	-	-	-	50
Máquinas e equipamentos	6.746	182	(908)	(1.228)	-	4.792
Aerogeradores	588.084	-	-	170.514	-	758.598
Sistemas de transmissão e conexão	54.651	-	-	(17.309)	-	37.342
Edificações, obras civis e benfeitorias	235.105	-	(2.353)	(151.977)	(4.978)	75.797
Outros	145	30	-	-	-	175
Terrenos	601	-	-	-	-	601
Total do custo	<u>885.382</u>	<u>212</u>	<u>(3.261)</u>	<u>-</u>	<u>(4.978)</u>	<u>877.355</u>
<u>Depreciação</u>						
Equipamentos de comunicação	(14)	(5)	-	-	-	(19)
Máquinas e equipamentos	(203)	(54)	-	-	-	(257)
Aerogeradores	(53.908)	(31.003)	-	-	-	(84.911)
Sistemas de transmissão e conexão	(5.010)	(2.355)	-	-	-	(7.365)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(19.739)	(9.128)	-	-	-	(28.867)
Outros	(62)	(19)	-	-	-	(81)
Total da depreciação	<u>(78.936)</u>	<u>(42.564)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(121.500)</u>
Total do imobilizado líquido	<u>806.446</u>	<u>(42.352)</u>	<u>(3.261)</u>	<u>-</u>	<u>(4.978)</u>	<u>755.855</u>

(*) Ver nota explicativa nº 24

10. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

<u>Custo</u>	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	-	-	22.320
Cessão de uso de solo e servidões (b)	14.451	-	(625)	13.826
Total do custo	<u>36.771</u>	<u>-</u>	<u>(625)</u>	<u>36.146</u>
(-) Amortizações ágio	(930)	(1.116)	-	(2.046)
(-) Amortizações cessão de uso de solo	(873)	(987)	625	(1.235)
Intangível líquido	<u>34.968</u>	<u>(2.103)</u>	<u>-</u>	<u>32.865</u>
<u>Custo</u>	31/12/2017	Adições	Baixa do ágio (a)	31/12/2018
Ágio na aquisição de investimento (a)	22.320	-	(22.320)	-
Cessão de uso de solo e servidões (b)	13.826	-	-	13.826
Total do custo	<u>36.146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13.826</u>
(-) Amortizações ágio	(2.046)	(279)	2.325	-
(-) Amortizações cessão de uso de solo	(1.235)	(724)	-	(1.959)
Intangível líquido	<u>32.865</u>	<u>(1.003)</u>	<u>(19.995)</u>	<u>11.867</u>

- (a) Ágio fundamentado em rentabilidade futura das investidas foi incluído no valor contábil do investimento da controladora e foi amortizado a partir da entrada em operação das investidas. No consolidado, o ágio foi reclassificado para o intangível. Este ágio foi baixado em função do descrito na nota explicativa nº 1.1.
- (b) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, pagos durante a fase de construção dos parques eólicos, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

11. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

<u>Equipamento/Serviço</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Montagem de aerogeradores	-	2.353
Sistemas elétricos	3.861	8.838
Tarifas de transmissão	282	297
Outras contas a pagar	689	560
	<u>4.832</u>	<u>12.048</u>

12. CONTAS DE RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2016</u>	Provisão/ Reversão	<u>31/12/2017</u>	Provisão/ Reversão	<u>31/12/2018</u>
Inferior a 10%	-	6.639	6.639	1.974	8.613
Superior a 10%	<u>3.597</u>	<u>(3.264)</u>	<u>333</u>	<u>390</u>	<u>723</u>
Total do passivo	<u>3.597</u>	<u>3.375</u>	<u>6.972</u>	<u>2.364</u>	<u>9.336</u>
Circulante	3.597		3.486		4.668
Não circulante	-		3.486		4.668

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa nº 2.12). O acerto financeiro do montante superior ao limite de 10% da faixa de tolerância será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa de tolerância de 10% será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao quadriênio findo em 30 de junho de 2019 valorado ao preço da tarifa vigente.

13. FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

<u>Centrais Eólicas</u>	<u>Nº do contrato</u>	<u>Subcrédito A</u>	<u>Subcrédito B</u>	<u>Subcrédito C</u>	<u>Total</u>
Angical	15.2.0345.1	R\$22.474	R\$6.342	-	R\$28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$39.330	R\$11.098	-	R\$50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$49.446	R\$14.268	-	R\$63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$46.080	R\$14.480	-	R\$60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$69.391	R\$16.382	R\$1.945	R\$87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$50.942	R\$14.374	-	R\$65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$25.741	R\$8.667	-	R\$34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas.

A Companhia e as 7 Centrais Eólicas, devem manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado anualmente para todo o grupo em 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2018 foi atendido.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

a) Movimentação dos financiamentos

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Saldo inicial	355.380	374.818
Captação líquida	290	1.531
Encargos de dívidas - juros e variação monetária	31.809	35.228
Amortização do principal	(29.646)	(25.334)
Pagamento de juros	(25.632)	(31.318)
Apropriação de custo - Imposto sobre Operações Financeiras ("IOF") sobre financiamento	452	455
Saldo final	<u>332.653</u>	<u>355.380</u>
Apresentados como:		
Circulante	26.052	26.412
Não circulante	<u>306.601</u>	<u>328.968</u>
	<u>332.653</u>	<u>355.380</u>

b) Depósitos vinculados

Refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$39.450 (R\$41.598 em 31 de dezembro de 2017) para garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M, além de uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios. A movimentação dessas contas só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.027	747
PIS e COFINS	537	307
Outros impostos a pagar	174	257
	<u>1.738</u>	<u>1.311</u>

15. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Circulante</u>		
Provisão para custos socioambientais (a)	<u>1.656</u>	<u>3.206</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para desmobilização (b)	<u>8.841</u>	<u>7.858</u>

(a) Custos socioambientais

Considerando que: (a) até a entrada em operação comercial dos parques eólicos, a Companhia obtém todas as licenças ambientais e, conseqüentemente, tem uma obrigação de cumprir as condicionantes nela constantes para poder operar; (b) essa obrigação decorre de eventos já ocorridos (construção do empreendimento); e (c) se espera que exista saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos futuros, as Centrais Eólicas provisionam os custos socioambientais e incorporaram tais custos no imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos.

(b) Custos para desmobilização de ativos

Os parques eólicos não estão sujeitos a devolução ao poder concedente e não há obrigação legal de remover os equipamentos do local onde estão instalados. Apesar disso, o departamento de desenvolvimento de negócios reavaliou a abordagem da Companhia e suas controladas, e a partir desta data consideram que a remoção da planta de energia do local instalado é necessária com o objetivo de retornar a área às condições mais próximas possíveis ao status original. Os gastos de desmobilização foram mensurados com base em estimativas que se basearam nas informações disponíveis para os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis, inflacionados e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 – Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares, registrando a provisão apurada a partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término da autorização, descontados a valor presente considerando uma taxa real de juros baseada no CDI descontado pela inflação medida conforme o IPCA.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

A partir de 2 de abril de 2018, a Ferbasa passou a deter 100% das ações da Companhia conforme descrito na nota explicativa nº 1.1.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$604.389 (31 de dezembro de 2017, R\$600.489), composto por 1.001.385 (31 de dezembro de 2017, 983.117) ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas.

A Companhia aprovou no dia 26 de setembro de 2018 em assembleia geral extraordinária o aumento de capital social no montante de R\$ 3.900 sem a emissão de novas ações.

b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 13), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

c) Prejuízo por ação

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Prejuízo do exercício	(42.302)	(17.136)
Média ponderada das ações	1.001.385	983.117
Prejuízo por lote de mil ações básico em R\$	<u>(42,24)</u>	<u>(17,43)</u>

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Receita com geração de energia	93.908	95.515
<u>Impostos sobre receita:</u>		
PIS	(623)	(622)
COFINS	(2.886)	(2.865)
Receita líquida	<u>90.399</u>	<u>92.028</u>

18. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA

	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/17</u>
Depreciação	(42.564)	(42.891)
Amortização	(724)	(987)
Transmissão de Energia	(5.317)	(5.736)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa (ONS, CHESF e CCEE)	(540)	(872)
Serviço de operação e manutenção da usina	(13.215)	(4.064)
Outros	-	(3.375)
Cessão de uso de solo	(747)	(364)
	<u>(63.107)</u>	<u>(58.289)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Despesas com pessoal	-	-	(5.730)	(4.669)
Serviços de terceiros	(164)	(342)	(1.738)	(2.047)
Seguros	-	-	(915)	(667)
Viagens e estadias	-	(6)	(531)	(215)
Aluguel de imóveis e veículos	-	(3)	(214)	(279)
Impostos e taxas	(51)	(55)	(114)	(421)
Depreciações e amortizações	(293)	(1.142)	(293)	(1.142)
Baixa de ágio sobre investimentos	(19.995)	-	(19.995)	-
Equivalência patrimonial	(22.022)	(15.883)	-	-
Baixa de ativo imobilizado	-	-	(2.353)	-
Outras despesas administrativas	(5)	(256)	(239)	(735)
	<u>(42.530)</u>	<u>(17.687)</u>	<u>(32.122)</u>	<u>(10.175)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	31/12/18	31/12/17
Receitas e despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(31.809)	(35.228)
Despesas com fiança	(2.354)	(4.307)
Serviços de controle de garantias sobre financiamentos	(284)	(272)
IOF	(452)	(455)
Encargos financeiros sobre financiamento	(34.899)	(40.262)
Varição monetária passiva de provisões	(1.616)	(404)
Outras despesas financeiras	(495)	(88)
Despesas financeiras	<u>(37.010)</u>	<u>(40.754)</u>
Receita de juros de aplicações financeiras	3.156	3.974
Receita de juros sobre empréstimos e outras	158	8
Receitas financeiras	<u>3.314</u>	<u>3.982</u>
Resultado financeiro	<u>(33.696)</u>	<u>(36.772)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Base de cálculo presumido	93.908	95.515	93.908	95.515
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL	7.513	7.641	11.477	11.462
Outras receitas e outros	2.613	2.967	2.613	2.967
Base de Cálculo	10.126	10.608	14.0990	14.429
Alíquotas aplicáveis - %	15%	15%	9%	9%
Total	(1.519)	(1.591)	(1.268)	(1.300)
Adicional (10%)	(999)	(1.037)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(2.508)</u>	<u>(2.628)</u>	<u>(1.268)</u>	<u>(1.300)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a BW Guirapá I S.A. apurou prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$1.253 e não reconheceu ativo fiscal diferido devido à incerteza acerca da geração de lucros tributários futuros.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

As Centrais Eólicas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) celebraram contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios em 2015 (vide nota explicativa nº 13) e este contrato prevê a transferência de recursos da Conta de Reserva Especial da controladora BW Guirapá I com autorização do BNDES. Após o encerramento do quadriênio e apuração da penalidade por insuficiência de geração de energia, as Centrais eólicas fizeram o pleito ao BNDES para utilização de parte dos recursos da Conta de Reserva Especial. O BNDES autorizou a movimentação via mútuo com BW Guirapá I. O mútuo no montante de R\$14.475, corrigido pelo CDI, foi assinado em 22 de outubro de 2018 entre as SPEs e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2018 o montante é de R\$9.147.

A movimentação de partes relacionadas está demonstrada a seguir:

	<u>Angical</u>	<u>Caititu</u>	<u>Coqueirinho</u>	<u>Corrupião</u>	<u>Inhambu</u>	<u>Tamanduá</u>	<u>Teiú</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição	1.714	1.462	1.394	3.359	1.450	2.932	2.164	14.475
Juros provisionados	19	15	13	36	17	27	21	148
Amortização do principal	(329)	(579)	(752)	(766)	(154)	(1.736)	(1.050)	(5.366)
Amortização de juros	(13)	(11)	(11)	(25)	(12)	(22)	(16)	(110)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>1.391</u>	<u>887</u>	<u>644</u>	<u>2.604</u>	<u>1.301</u>	<u>1.201</u>	<u>1.119</u>	<u>9.147</u>

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$1.128 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (R\$1.106 em 31 de dezembro de 2017), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários. A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

23. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2018 não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui processos de natureza civil, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo, não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências.

Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$5.747 (R\$5.477 controladora e R\$270 referente à Teiú) com classificação de risco possível decorrentes de processos cíveis e trabalhistas.

24. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto essa transação não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Reversão de provisão contabilizada a maior de imobilizado contra fornecedor no montante de R\$4.978 (conforme nota explicativa nº 9).

Rafael Machado Tibo
Diretor Presidente e Financeiro

Arnaldo Pereira Anastácio
Contador
CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA